ESTUDANTES INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: UM RELATO DAS TRAJETÓRIAS NO INGRESSO E PERMANÊNCIA

Daniel Rodrigues Teles [1]

Gustavo Ruiz Chiesa [2]

Resumo:

Esta pesquisa analisa a presença indígena no ensino superior público brasileiro, baseado em investigação nas universidades que executam políticas afirmativas para ingresso e permanência de estudantes indígenas. Tendo como base as teses e dissertações, consultados em bases de dados nacionais, que tematizam o ingresso de estudantes indígenas (implantação de políticas de acesso, processos seletivos para ingresso) e questões relacionadas à sua permanência na universidade (programas de apoio financeiro e pedagógico, relação institucional com os estudantes, ações de acompanhamento e promoção da permanência). O acompanhamento dos estudantes considerou os depoimentos e a convivência com estudantes indígenas no espaço acadêmico, além da própria experiência do pesquisador relatando todos os desafios, dificuldades, expectativa e realidade. Pretende-se apresentar a trajetória de vida percorrida desde a preparação envolvendo a saída da comunidade e o ingresso no curso de medicina na Universidade Federal do Pampa. A presença indígena no ensino superior mostra o quanto essas instituições não tem o conhecimento para receber esses discentes, sendo necessário uma autorreflexão sobre as práticas pedagógicas da instituição de ensino superior e se realmente cumprem seu papel social de contribuir para o desenvolvimento de toda a população brasileira em especifico os excluídos historicamente. Dados mostram que a permanência dos estudantes indígenas é um grande desafio para universidades, sendo mais gritante em estudantes indígenas que além de carregar seu objetivo pessoal de adquirir o conhecimento técnico, na maioria das vezes é a esperança do seu povo, tornando assim referência ou frustração para os mais jovens de sua comunidade. Para que se possa enfrentar estas barreiras se faz necessário um diálogo igualitário e postura receptiva aos conhecimentos originários para se efetivar processos de interculturalidade no ensino superior.

Palavras-chave: ensino superior; estudantes indígenas; políticas afirmativas.

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

ESTUDANTES INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: UM RELATO DAS TRAJETÓRIAS NO INGRESSO E PERMANÊNCIA

[1] Aluno de graduação. telesdan@gmail.com. Autor principal

[2] Docente. gustavochiesa@unipampa.edu.br. Orientador

ESTUDANTES INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: UM RELATO DAS TRAJETÓRIAS NO INGRESSO E PERMANÊNCIA

1 INTRODUÇÃO

O aumento da população indígena tem como consequência também um aumento na implantação de políticas de saúde e de educação este sendo relacionado à expansão de escolas e de alunos, efetivando processo de escolarização em terras indígenas, surgindo também à entrada na universidade como um direito, reivindicando a exigência política de que garanta acesso para esse grupo da sociedade brasileira até então ausente dos espaços acadêmicos. Tema desta pesquisa, a importância da presença de estudantes indígenas no ensino superior é aqui apresentada com o objetivo de mostrar a trajetória deste protagonista na busca pelo ingresso e a permanência no ensino superior, analisando as formas de acesso os desafios enfrentados e as principais ações de apoio à permanência nas universidades. A pesquisa busca fundamentos em pesquisas que dão subsídios a compreensão dos procedimentos que relacionam a presença do estudante indígena aos conhecimentos ameríndios na universidade.

Conforme Paladino (2013), o Brasil, ao final de 1990, mantinha a educação superior indígena fora de qualquer agenda de governo. Recentemente, o ingresso de indígenas no ensino superior público é efetivado de duas formas mais visíveis: a composição de cursos especiais, como o Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), criado pelo Ministério da Educação (MEC), e a abertura de vagas especiais ou suplementares em cursos regulares, alvo desta pesquisa. Sema a Lei Federal n° 12.711/2012, aproximadamente 50 instituições de ensino superior adotavam políticas de ingresso de estudantes indígenas, garantindo um ingresso mínimo desse público nas universidades brasileiras até a publicação da lei (Amaral, 2010).

.

2 METODOLOGIA

A pesquisa tem o enfoque principal na análise da trajetória de ingresso e permanência de estudantes indígenas de vagas adicionais nos cursos das universidades públicas. Além de uma revisão apurada às pesquisas já realizadas sobre o tema no senário brasileiro. Tem como delimitação temporal o ano de 2001 quando se tem a implementação do primeiro programa de reserva de vaga e se estende até o ano de 2018 tendo como base os relatos no ingresso no ano. Destacando os 10 ano de ações afirmativas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) referência no sudeste brasileiro e que concentra a maior diversidade de povos indígenas do Brasil que adota a reserva de vaga no ano de 2007 e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), universidades públicas situada no sul do Brasil, que, desenvolve política afirmativa para estudantes indígenas. Sendo assim, esta pesquisa adota os seguintes passos metodológicos: elaboração de um panorama geral da política de acesso e permanência em universidades públicas brasileiras, que se embasa em estudo bibliográfico realizado em Banco de Dados de domínio público com enfoque na educação. As palavras-chave usadas para a busca foram: ensino superior público, ações afirmativas e indígenas. Priorizou-se a leitura de resumos, introduções e conclusões na seleção de trabalhos científicos a serem lidos na íntegra.

Outro foco metodológico diz respeito à compreensão da política afirmativa em especial a UFSCar. A pesquisa busca entender a presença do estudante indígena na universidade, bem como suas implicações produzidas na comunidade e na instituição. A pesquisa enfocou os relatos dos indígenas que aceitaram fazer parte da pesquisa observando a importância da presença dos dois gêneros masculinos e o feminino no espaço acadêmico e a pesquisa visou compreender a presença indígena e os movimentos protagonizados nas lutas de resistência do movimento indígena por estudantes indígenas nos cursos de graduação. A

pesquisa busca dar voz a um grupo que muitas vezes é invisível na universidade. Os relatos registrados, na segunda parte do texto, buscam mostrar a acolhida institucional, bem como os inúmeros conflitos que as convivências dos estudantes indígenas evidenciam, tanto na da universidade quanto nos alunos e em suas comunidades.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Os resultados preliminares norteiam, para um aumento do número de universitários indígenas no Brasil no período analisado, ainda é imprescindível dispensar esforços de construção do aprimoramento das políticas ações de permanência nas instituições de ensino superior, tanto estrutural quanto pedagógicas, que proporcionem a construção com os estudantes, e das necessidades que precisam ser implementadas com servidores das instituições, que não possuem formação aprofundada sobre o tema.

A pesquisa aponta que a política de ações afirmativas nas instituições federais de ensino superior, em particular as políticas para os povos indígenas, vem se concretizando enquanto política de estado. Contudo, os desafios perpassam aos espaços dessas instituições. Faz-se necessário ampliar a política de cotas para os espaços de trabalho em que os profissionais formados atuarão além do ensino de pós-graduação nos cursos de mestrado e doutorado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que se possam enfrentar estas barreiras se fazem necessário um diálogo igualitário e postura receptiva aos conhecimentos originários para se efetivar processos de interculturalidade no ensino superior.

Destaco que esta pesquisa ainda não se encontra totalmente concluída, mas já apresenta esses pontos citados que podem vir a se confirmar ou serem alterados.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, F. L. O. **Ações afirmativas, cotas e a inserção de acadêmicos indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS***)*. 2010. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

BERGAMASCHI, M. A.; DOEBBER, M. B.: BRITO, P. O. (2018). Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógico***,* v. *99*, n. 251 p. 37-53. Disponível em <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>. Acesso em 15 de 07 de 2018

BONIN, I. T. Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor. In: BERGAMASCHI, M. A. (Org.). **Povos indígenas & educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 95-104.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 maio 2013. Seção 1, p. 12.

CARVALHO, D. D. A. **A política de cotas da Universidade Federal do Tocantins**: concepção e implicações para a permanência dos estudantes indígenas. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

CASTORINO, A. B. **A reserva de vagas para estudantes indígenas na UFT**. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2011**.**

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013.

DAL'BÓ, T. L. **Construindo pontes**: o ingresso de estudantes indígenas na UFSCar: uma discussão sobre "cultura" e "conhecimento tradicional". 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

ESTÁCIO, M. A. F. **As quotas para indígenas na Universidade do Estado do Amazonas.** 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

LUCIANO, G. J. S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2006. (Série Via dos Saberes, n. 1). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2018

LUCIANO, G. J. S.; HOFFMANN, M. B.; OLIVEIRA, J. C. **Olhares indígenas contemporâneos**. Brasília: Centro Indígena de Estudos e Pesquisas, 2010.

NOVAK, M. S. J. **Política de ação afirmativa**: a inserção dos indígenas nas universidades públicas paranaenses. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

PALADINO, M. Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior. In: BERGAMASCHI, M. A.; NABARRO, E.; BENITES, A. (Orgs.). **Estudantes indígenas no ensino superior**: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013.